

AS MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS NOS TERREIROS DE UMBANDA DE SÃO PAULO¹

Natália Alves Passafaro²

Resumo

De raízes africanas profundas e alicerçadas em tradições e filosofias especialmente do eixo congo-angola, alguns dos ritos do que hoje conhecemos como umbanda já eram realizados nos séculos 18 e 19. Na capital paulista, há documentos que relatam a existência de terreiros de umbanda organizados desde o início dos anos 1920. Rapidamente a religião se expandiu, e sua presença na cidade ocorreu com grande visibilidade. A partir da compreensão de que os terreiros são espaços de conexão com a ancestralidade e afirmação de identidades, esta pesquisa busca a partir das histórias de vida, memórias e os saberes vividos e compartilhados nesses espaços, investigar os conhecimentos afro-indígenas ainda presentes nos terreiros e que permaneceram ao longo de décadas que seguiram a institucionalização da umbanda na cidade de São Paulo, bem como as práticas de resistências na contemporaneidade. Neste trabalho, tanto a palavra falada quanto a memória terão papel central, alinhando entrevistas, visitas e relatos de campo, vivências e teorias na costura final da narrativa. Compreendendo as relações dialógicas existentes entre culturas e identidades, oralidade e memória, religião e produção de subjetividades, a ideia é interpretar as umbandas enquanto elemento, não apenas religioso, mas também cultural, que se institui na encruzilhada da formação brasileira e floresce em meio às desigualdades nacionais.

Palavras-chave

Memória; Oralidade; Umbandas; Religiões de Matrizes Africanas; Cultura Brasileira

Introdução

De raízes africanas profundas (Nascimento, 2016, p.136), alicerçadas em tradições e filosofias especialmente do eixo congo-angola, território dos povos banto, alguns dos ritos do que hoje conhecemos como umbanda já eram realizados nos séculos 18 e 19. Na capital paulista, há documentos que relatam a existência de terreiros de umbanda organizados desde o início dos anos 1920. Houve um crescimento significativo da religião a partir de 1939, quando surge a primeira federação de umbanda no Brasil e, em 1955, com a primeira federação de

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático Povos e Comunidades Tradicionais: desafios da oralidade durante o 15º Encontro Regional Sudeste de História Oral: Memória Corpo Mundo.

² Universidade de São Paulo (USP). Mestranda em Estudos Culturais na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH -USP). E-mail: natalia.passafaro@usp.br.

religiosidades de matrizes africanas em São Paulo. Rapidamente a religião se expandiu, e sua presença na cidade ocorreu com grande visibilidade (Prandi, 1991). Entendendo as contradições e disputas da formação política, social e cultural brasileira este trabalho - ainda em andamento³ - se fundamenta a partir de uma imersão nas histórias de vida, memórias e práticas vivenciadas e compartilhadas em terreiros de umbandas de São Paulo, estruturadas a partir de visitas de campo e entrevistas com lideranças, sacerdotes, mães e pais de santo.

As umbandas

Com diferentes ritos, nomes e espalhadas pelo país, a organização das religiosidades de matrizes africanas deu-se tardiamente, apesar do registro de suas manifestações desde a chegada dos povos africanos escravizados em terras brasileiras. Suas leituras de mundo, filosofia, e o culto às divindades permaneceu - em maior ou menor intensidade - por onde passaram.

Com o final da escravização, nas últimas décadas do século 19, negros e negras foram se fixando sobretudo nas cidades e suas franjas. O contato maior entre eles propiciou as condições sociais para a reorganização de práticas religiosas, com a formação de grupos e ritos organizados (Prandi, 1996). Há registros de que, em 1720, já existia no Brasil um culto de elementos africanos, portugueses e indígenas voltado ao atendimento ao público, no qual eram realizadas curas, limpezas espirituais e previsões acompanhadas por música percussiva e danças, com a presença de entidades de diferentes categorias, com o uso de ervas, raízes e outros elementos (Rohde, 2009). Há na formação dessas religiões um intenso processo de encontros e disputas culturais, não apenas entre as distintas tradições trazidas pelo tráfico negreiro, como também entre europeus e indígenas. São diferentes versões sobre o surgimento dessas religiões, reivindicações de origens e diversas formas de organização cultos. Neste sentido, escreve Luiz Antonio Simas, *em Umbandas (2021)*:

As umbandas não são filhas de origens datadas, mas de acúmulos de sabedorias encantadas e diversas que dinamicamente se articulam em cultos multifacetados, plurais, abertos para alteridades e alterações e, ao mesmo tempo, profundamente tradicionais. (SIMAS, p.26; 2021)

Em São Paulo, dados de pesquisas recentes sobre a memória da umbanda apontam a existência de cultos organizados desde as primeiras décadas do século 20 (Silva; p.60; 2022). Até 1950 havia dificuldades de distinguir as macumbas e umbandas e o que se pode afirmar,

³ Este artigo deriva da dissertação, ainda em andamento, intitulada temporariamente por: *Identidades, memórias e as práticas de resistência em terreiros de Umbanda de São Paulo*, realizada a partir de 2022, com o objetivo de obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais (USP).

de acordo com registros, é que é fato que existiam ritos centrados nas figuras de caboclos, pretos-velhos e exus desde a década de 1930. Escreve Vagner Gonçalves da Silva em *Orixás da Metrópole* (2022):

Maria Laura Cavalcanti (1986), liberta do peso de imputar origens à umbanda, afirmou corretamente que não se trata de uma religião em busca de uma forma, [...], mas “uma religião com uma forma particular, na qual heterogeneidade e fluidez constituem características marcantes e compatíveis com a existência de um sistema simbólico estruturado” (idem: 100). (SILVA, p.76; 2022)

"Como uma religião brasileira, a umbanda foi obrigada a integrar sua cosmologia às contradições de uma sociedade de classe, que assina ao negro uma posição subalterna dentro de um mundo de dominância branca", explica Renato Ortiz na obra *A morte branca do feiticeiro negro* (1991). Nela, o sociólogo compreende a umbanda enquanto uma síntese, um produto direto das transformações ocorridas em um determinado período no contexto da sociedade brasileira. "A religião umbandista, ao se definir como nacional, de alguma maneira infligiu uma morte branca ao seu passado negro" (Ortiz, 1991). Sobre a leitura de Ortiz da umbanda enquanto síntese, diz Simas:

Há quem encare a prática umbandista como síntese da formação histórica e social brasileiras a partir de amálgamas entre ritos africanos, indígenas, cristãos, europeus etc. [...] Sínteses pressupõem resumos acabados de ideias e essências presentes em algum texto ou mesmo uma composição, ou das diversas partes de um todo em uma unidade. Não é disso que se trata. Entender a umbanda como síntese do Brasil percorre o perigoso caminho de apagar as dinâmicas de suas práticas, reelaborações, contradições, tensionamentos, pluralidades e soluções criativas do mundo. (SIMAS, p.10; 2021).

De um culto doméstico, ligado à celebração e contato com antepassados, a uma religião estruturada e prioritariamente urbana, as umbandas se transformaram ao longo dos anos a partir dos debates, conflitos e dilemas da construção de um país. E neste contexto, o que nos interessa é compreender os saberes e as práticas que permanecem, ou não, nas umbandas paulistas ao longo dos anos, a partir de entrevistas que captem as histórias e as memórias presentes nos terreiros da cidade de São Paulo. Para tal, compreender a importância da oralidade para as culturas afro-indígenas-brasileiras é essencial.

Palavra é força vital

Em África se diz que tudo começa e termina pela palavra. Portadora de força vital e condutora de conhecimento, a palavra é índice de sabedoria (Martins, 2021, p.184) e traz em si tudo aquilo que evoca: continente, memória, história.

As culturas da diáspora africana se estruturam essencialmente na transmissão oral dos seus saberes. Para o filósofo malinês Amadou Hampâté Bâ, a fala é o grande agente ativo da

magia africana e a principal escola da vida. Assim, as religiões afro-brasileiras, como as umbandas, com seus dogmas, ritualística e segredos, têm na tradição oral a sua sustentação e é, para essas culturas, ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, aprendizado de ofício e divertimento (Lopes, Simas, 2020, p.41).

Além de seu valor estruturante, a palavra falada possui um caráter sagrado que se associa à origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Não limitando-se apenas aos contos e aos relatos míticos e históricos, é a palavra falada a grande escola da vida, recobrando e englobando todos os seus aspectos. Nela, o espiritual e o material não se dissociam. Como define Leda Maria Martins (2021, p.93): "na palavra são as divindades, os ancestrais, os iníquos, as rezas que curam, que performam o tempo oracular dos enigmas, o passado e o devir, o som que emite, transmite, esconde, desvela, escurece ou ilumina". Nesse processo, a memória, o esquecimento, o narrar, contado e cantado é a energia e o sopro que alicerçam os sujeitos no presente.

A palavra oral, assim, realiza-se como linguagem, conhecimento e fruição porque alia, em sua dicção e veridicção, a música, o gesto, a dança, o canto, e porque exige propriedade e adequação em sua execução, pois para que a palavra adquira função dinâmica, deve ser dita de maneira e em contextos determinados. (MARTINS, p.185; 2021)

Para os povos indígenas, a potência da palavra está na força criadora capaz de tecer e transformar mundos. As mensagens e os cantos dos mais velhos expressam a coerência entre sentimento, pensamento e ação; as diversas culturas e tradições originárias carregam a consciência de que cada palavra é uma flecha lançada para defender sua vida e seus territórios.

Bem como para os povos originários, a história dos negros em diáspora escreve-se a partir de tentativas sistemáticas de silenciamentos e apagamentos. Mesmo desterritorializados e desumanizados pelo violento sistema escravocrata que desmantelou famílias, menosprezou tradições, saberes e cosmologias, conseguiram, de certa forma, manter vivos seus signos culturais, textuais e toda a complexa constituição de sua alteridade, diversidade étnica, linguística e religiosa. Explica Martins:

As culturas africanas transladadas para as Américas encontravam na oralidade seu modo privilegiado, ainda que não exclusivo, de produção de conhecimento. Assim como para os povos das florestas, a produção, inscrição e disseminação do conhecimento se davam, primordialmente, pelas performances corporais, por meio de ritos, cantos, danças, cerimônias sinestésicas e cinéticas. Por meio delas, uma pletora de conhecimentos se retransmitia através do corpo em movimento e por sua vocalidade [...]. (MARTINS, p.36;2021)

E em meio ao horror do sequestro e da desumanização de negros e indígenas, formas diversas de resistências germinaram no país. Ainda Leda Maria Martins, ressalta a

importância da oralidade e das performances corporais de povos originários e africanos para a retransmissão de conhecimentos e memórias.

Apesar de toda a repressão, o que a história nos ostenta é que, por mais que as práticas performáticas dos povos indígenas e dos africanos fossem proibidas, demonizadas, coagidas, e excluídas, essas mesmas práticas, por vários processos de restauração e resistência, garantiram a sobrevivência de uma *corpora* de conhecimento que resistiu às tentativas de seu total apagamento, seja por sua camuflagem, por sua transformação, seja por inúmeros modos de recriação que matizaram todo o processo de formação das híbridas culturas americanas. (MARTINS, p.35; 2021)

Muniz Sodré, autor de obras como *O terreiro e a cidade (1988)* e *Pensar Nagô (2017)*, analisa a forma como esses espaços sociais se organizam e se relacionam com a sociedade urbana brasileira, a partir de suas práticas internas, influências e da comunicação. Sobre a importância da oralidade para essas comunidades afirma:

A história da cultura afro-brasileira é principalmente a história de seu silêncio, das circunstâncias de sua repressão. A oralidade, percebe-se, é necessária não apenas à sua dinâmica interna, mas também a seu posicionamento de defesa diante da cultura dominante, o meio externo. Daí o primado da tradição que, num sistema de comunicação oral, é o meio de conservar o saber e transmiti-lo, no tempo, de uma geração para outra. [...] Os mitos, as lendas, os contos populares, sempre foram vias de acesso ao inconsciente de um povo. (SODRÉ, p.5; in MESTRE DIDI; 2004)

Na formação das religiosidades afro-brasileiras, a oralidade não é apenas um meio de comunicação diária, mas também forma de preservação de sabedorias dos ancestrais. Inerente aos seus processos constitutivos, não manifesta-se apenas pela fala, mas pelos sons e expressões corporais. Assim, a manutenção de uma tradição oral nos rituais das comunidades de terreiro pode ser analisada como um dos sinais das fronteiras sociais do pertencimento e identidade desses grupos. É, portanto, a oralitura⁴, o silêncio, a gramática dos tambores e pontos cantados que permitem o desvelamento de memórias, narrativas e histórias.

A simbologia dos gestos, das danças e dos toques, é parte do processo de comunicação, no qual conseguem manter suas histórias e memórias ancestrais pulsantes - fundamentais na construção das identidades desses povos. Afirma Juana Elbein Santos:

A transmissão oral é uma técnica a serviço de um sistema dinâmico. A linguagem oral está indissolivelmente ligada à dos gestos, expressões e distância corporal. Proferir uma palavra, uma fórmula é acompanhá-la de gestos simbólicos apropriados ou pronunciá-la no decorrer de uma atividade ritual dada. Para transmitir-se o asé faz-se uso de palavras apropriadas da mesma forma que se utiliza de outros elementos ou substâncias simbólicas. (SANTOS, p.47; 1988)

⁴ Conceito de Leda Maria Martins, explicitado na obra *Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário no Jatobá (2021)*, a oralitura não se limita a uma simples transcrição do discurso oral para a escrita, mas envolve uma transformação do discurso, na qual elementos literários e culturais são incorporados e recriados em novas formas e contextos. Neste sentido, a oralitura é uma expressão literária híbrida, que se origina na cultura oral - e sua valorização -, mas que é produzida por meio do texto e da leitura.

As diversas expressões corporais, os toques dos atabaques e as danças têm papel fundamental e diferentes significados, assim como objetos, cores e plantas constituem grande variedade simbólica que remetem ao universo espiritual dessas sabedorias.

Caboclos, pretos-velhos, exus, pombagiras, malandros, ciganos: as umbandas se baseiam na manifestação de povos ancestrais que por anos foram silenciados e socialmente excluídos da sociedade brasileira. Ao projetar suas vozes, valorizam os saberes e narrativas desses grupos, e propiciam uma reflexão sobre os processos políticos, sociais e históricos de nossa formação enquanto nação. Destaca Luiz Antonio Simas (2021):

Os cruzamentos religiosos entre as várias culturas de origens africanas, ritos ameríndios, tradições europeias, vertentes do catolicismo popular etc dinamizaram no Brasil vasta gama de práticas religiosas fundamentadas em três aspectos básicos: a possibilidade de interação com ancestrais, encantados e espíritos através dos corpos preparados para recebê-los; um modo de relacionamento com o real fundamentado na crença em uma energia vital; e na modelação de condutas estabelecidas pelo conjunto de relatos orais e na transmissão de matrizes simbólicas por palavras, transes e sinais. (SIMAS, p.78; 2021)

Lembrar o passado, construir o presente

No artigo *Memória Afro, Identidade, Territorialidade e Espaços Museais* (2017), Cecília C. Moreira Soares reforça que, nas comunidades-terreiros, o lembrar está atrelado à importância daquilo que deve ser recordado, dos sujeitos envolvidos no acontecimento e da projeção que terá a lembrança. Para a pesquisadora (p.123), os espaços físicos são fundamentais para que a lembrança aflore, mas, sobretudo cumpra a função social de preservar, enaltecer e exemplificar.

A memória quando assume o papel de preservação histórica, deve se comprometer em estabelecer diálogo com os novos cenários, sob ameaça de engessar pessoas, saberes e práticas a uma dimensão temporal nostálgica, não respondendo a dinamicidade dos processos de convivência, conflitos e reelaborações de novas posturas frente ao inevitável. A memória no que tange aos aspectos materiais e imateriais é passível de releituras, apropriações e seleções de conteúdos como pressupostos a sua sobrevivência e respostas às experiências vividas em sociedade. (SOARES, p.124-125; 2017)

Assim, nos terreiros, o lembrar está atrelado à importância do que deve ser recordado, dos sujeitos envolvidos e da projeção que terá a lembrança. Ao louvarem sua ancestralidade e seu passado, as pessoas e culturas de terreiro estão, de alguma forma, resignificando seu presente. Ao celebrar um passado, mesmo que forjado em sofrimentos, injustiças e pelo epistemicídio, as pessoas reafirmam suas histórias.

Essas lembranças são reavivadas o tempo todo, na assertiva de que a repetição dos fatos, embora perpassados pela dinamicidade das narrativas pessoais e coletivas, são capazes de manter viva a memória com função político-pedagógica ao fazer emergir histórias silenciadas e distorcidas. (SOARES, 2017; p.124)

As cerimônias rituais nas religiões afro-brasileiras ocupam espaço ímpar na formação das culturas negras, enquanto territórios de memória: recriam e transmitem gestos, hábitos, e elementos culturais. São registros e meios de construção identitária e transmissão de conhecimentos, diz Martins (2021):

No âmbito dos ritos as performances em seu aparato - cantos, danças, figurinos, adereços, objetos cerimoniais, cenários, cortejos e festejos - em sua cosmopercepção filosófica e religiosa, reorganizam-se os repertórios textuais, históricos, sensoriais, orgânicos, conceituais da longínqua África, a partitura dos seus saberes e conhecimentos, o corpo alterno das identidades recriadas, as lembranças e as reminiscências, o *corpus*, enfim, da memória que cliva e atravessa os vazios e hiatos resultantes das diásporas. (MARTINS, p.48; 2021)

São as histórias aprendidas e compartilhadas que contribuem para dar continuidade a tradição e a cultura de um grupo social. Alessandro Portelli (1997) sinaliza para o fato de que a memória não se trata, apenas, de um depósito passivo, mas também de um processo ativo de criação de significados. O ato de relembrar ou de compartilhar a memória - fundamentada em uma bagagem cultural comum - promove conexões e relacionamento entre indivíduos.

Contar as histórias de quem conta o passado

*Vovó não quer casca de côco no terreiro,
Que é pra não lembrar do tempo do cativo,
(Ponto de pretos-velhos cantados em terreiros de umbanda)*

No movimento de avivamento das tradições culturais que ocorrem a partir das relações sociais construídas em comunidades, especialmente os terreiros, a aprendizagem das rezas, cantigas e danças acontece por meio da frequência, observação dos rituais e festas, e do diálogo e da escuta atenta - processo este que se espelha no fazer de toda esta investigação.

No artigo *Memória, tradição oral e a afirmação da identidade étnica* (2004), Acildo Leide da Silva destaca o processo de valorização da palavra falada, da cumplicidade coletiva entre os membros da comunidade e como, no ato de contar, circulam palavras que não foram transmitidas aleatoriamente, mas herdadas dos ancestrais e mais velhos.

O ato de contar, nessas sociedades, mais do que presentificar a tradição oral, significa, então, transmitir, de boca em boca, todas as experiências que a ancestralidade dessa comunidade adquiriu, em seu caminhar pelo mundo material e imaterial/sobrenatural. Recuperar, pois, essa oralidade estimula os laços de solidariedade e integração social que sustentaram essa memória coletiva. (SILVA, 2004)

É a história oral, metodologia que possibilita que os sujeitos pertencentes a certos segmentos sociais, geralmente excluídos das narrativas oficiais, possam ser ouvidos, linha principal que constrói a colcha de retalhos dessa pesquisa. Para Marta Rovai (2013), a história

oral nos permite imergir em narrativas repletas de sentimentos, e recuperar a capacidade empática de sentir o outro. E além: complementa documentações e fontes escritas, valorizando a memória e o compartilhamento de experiências. Portelli (1997) considera importante que o historiador entenda a memória como um território ativo de criação, significações e subjetividades e não apenas como um depósito passivo de fatos. Assim:

[...] a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico. (PORTELLI, p. 33;1997).

Sendo a memória uma construção do presente, a história oral permite conhecer a realidade e o passado ainda próximos pela experiência e voz daqueles que os viveram, considerando diferentes versões de um mesmo fato ou período, marcadas pela posição social, racial e cultural daqueles que viveram e narram (Lang, 2001, p. 96).

Nas umbandas, a comunicação entre vivos, espíritos e ancestrais, e a aprendizagem de saberes se faz pela entoação de cantos, pelas gestualidades, preparação de oferendas e comidas ritualísticas, toque de instrumentos sagrados e pela dança. O ato de contar e cantar, portanto, mais do que presentificar a tradição oral, significa transmitir as experiências que a ancestralidade dessa comunidade adquiriu em seu caminhar pelo mundo material e imaterial ao longo da vida.

Neste sentido, optar por conduzir esta pesquisa a partir da história oral é uma forma de valorizar as vivências, as memórias - individuais e coletivas -, e as tradições pouco ou não sistematizadas das pessoas e comunidades de terreiro, possibilitando enfatizar elementos e aspectos culturais pouco conhecidos ou valorizados, constituindo um mecanismo para se trabalhar com o passado, o presente e as micro experiências sociais dos indivíduos.

É o diálogo e a escuta proporcionados pela história oral que trazem à tona elementos necessários para compreender a tessitura de identidades, a partir do fio que conduz o passado e o contexto presente. Por isso, são as palavras, os cantos, as narrativas e relatos que enraízam e sustentam essa pesquisa.

Assim contam os tambores

Um extenso e complexo repertório compõe as musicalidades negras e indígenas. No performar da textualidade, o canto pode ser acompanhado de silabações, assobios, onomatopéias, palmas e batuques. Nas umbandas os sons dos atabaques anunciam o início das giras, a abertura dos trabalhos, funcionam como equalizadores enérgicos, podem expressar

conquistas, alegrias, tristezas mas, principalmente, celebram e anunciam as chegadas e partidas de orixás e entidades. Saber acionar a energia de suas vibrações, junto ao canto e ao corpo, é fundamental para o pleno acontecimento dos ritos.

A cadência e a continuidade nos toques purificam o espaço, permitem às incorporações, às consultas, a comensalidade, e a festa. Contam histórias. Feita de silêncio e falas, de toques rápidos, suingados ou lentos, e das respostas dos corpos, a sonoridade dos terreiros potencializa encontros.

Com gramáticas próprias, os tambores reconectam trajetórias e conversam com mulheres, homens e crianças, dizem os mais velhos. Cada toque, palavra cantada e silêncio guarda discursos e vocaliza narrativas. Foram os tambores que por vezes expressaram o que não poderia ser dito, e contaram as histórias que não deveriam ser registradas. Por meio dos toques percussivos, a cultura dos povos negros escravizados se manifestava e suas humanidades eram, de alguma forma, restituídas e reconstituídas.

Em *Ngoma Chamou! Batuques em terreiros paulistas* (2021), Alessandra Ribeiro, Antonio Filogenio de Paula Junior, Rosa Liria Pires Sales convidam os leitores a uma prosa sobre as tradições musicais de matriz banto presentes no estado de São Paulo. O batuque de umbigada, o jongo e samba de bumbo - manifestações centenárias - permanecem celebrando a resistência, a oralidade e os saberes até os dias atuais.

O canto, a dança e o ritmo fornecem a base em que o rito aconteça e o material e espiritual se fundem em ato celebrativo em que a memória dos que já se foram se faz presente como parte da crônica dos que estão vivos. Para Malandrino (2010), os ritos bantu sempre evocam o mundo dos mortos em diálogo com os vivos e, assim, conclamam a existência com re-existência desde a escravidão. (RIBEIRO, JUNIOR, SALES, p.33; 2021)

Durante as giras, os pontos cantados se sucedem de forma encadeada e ritmada: além das palavras e do toque dos tambores, acompanham o bater de palmas e pés. Os sons são, em suas diversas modulações, transmissores e equalizadores de energias. O cantar, dançar e batucar são as forças motrizes das manifestações nas umbandas.

Durante o rito, o corpo dança e permite a conexão com o tempo-espaço, a expansão do sentir e o acesso à memória daqueles presentes na cerimônia. O corpo, alicerçado no chão - pulsando nas batidas dos tambores e enraizado na terra, finca as raízes ancestrais. Registra, revisa, reinterpreta ações e eventos. Nas culturas predominantemente orais e gestuais, como as africanas e as indígenas, o corpo é, por excelência, o ambiente da memória (Martins, 2021, p.89). Corpo é templo, e ponto de conexão entre orixás, entidades e indivíduos. Lisandra Pinheiro ao escrever sobre a tradição oral e memórias dos povos de religiões afro-brasileiras a partir dos ritos e da dança escreve:

O corpo é o instrumento essencial para desenvolver, articular e expressar todas as ideias, assim como para veicular toda arte, seja a música, o drama, a literatura, mensagens eletrônicas, o teatro, celebrações ou carnaval. Assim, a relação com o corpo, para as sociedades africanas e afrodescendentes da diáspora, faz parte dessa ampla variedade de expressão do conhecimento e do pensamento dessas populações, permeadas pela tradição oral. (PINHEIRO, p.80; 2017)

Os saberes das religiões afro-brasileiras são pulverizados não apenas por conversas ou contações de histórias relacionadas às mitologias dos orixás e entidades. A ritualística é permeada por um processo de memorização dos fundamentos, preceitos e sonoridades que se repetem nos gestos e danças; em uma lógica espacial de circularidade que evoca o passado, olhando para o presente.

Considerações Finais

Imersos em uma sociedade complexa, muitas vezes os terreiros espelham as práticas discriminatórias ou silenciadoras enraizadas no país; dramatizam e performam o encontro entre o que muitos traduzem por sagrado e profano, e celebram as contradições. Espalhados por todas as regiões da cidade, de bairros centrais e de classe média às periferias, de grandes galpões a pequenos quintais e garagens, e ao contrário de templos de outras religiões, muitas vezes são invisíveis a olhares rápidos. Elementos fundamentais na constituição de uma sociabilidade negra e mestiça (Silva, 2019; Sodré, 1988), os terreiros se caracterizam como espaços de reconstituição de pertencimento de povos que tiveram suas identidades, subjetividades, humanidade e memórias desmantelados pelo processo de escravização. Cada terreiro, em verdade, constitui em si mesmo um microuniverso interrelacionado às tradições e memórias de seus sacerdotes, filhos e filhas, e consulentes.

Ouvir as histórias presentes nos terreiros, escrever e viver as umbandas é uma oportunidade de reflexão sobre os cruzamentos religiosos das diversas culturas de origens africanas, ritos ameríndios e tradições européias (Simas, 2021). É uma possibilidade de compreender o Brasil a partir de questões reproduzidas nas casas e templos de todo o país. Menos pensar nas suas origens, é válido compreender como os processos de cruzos entre sistemas religiosos e o transbordamento das culturas de terreiro imprime a elas identidades, leituras de mundo e práticas próprias.

Pesquisar os processos que desenham as umbandas paulistas - inclusive dialógicos a outros sistemas religiosos ou filosóficos - é, talvez, mergulhar em uma outra forma de reinterpretar, a partir suas disputas, incoerências, mas também sua fluidez cultural e suas múltiplas identidades, um país.

Referências

DOS SANTOS, Juana Elbein. **Os Nagô e a Morte**. Petrópolis, Vozes, 1977

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Filosofias Africanas: uma introdução**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória: O reinado do Rosário do Jatobá**. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Perspectiva, 2021.

_____. **Performances do Tempo Espiral: Poéticas do corpo tela**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cabogó, 2021.

Mestre Didi: Laços e lições. In: Juana Elbein dos Santos. (Org.). **Ancestralidade Africana no Brasil**. Salvador: SECNEB- Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, 1997.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

PINHEIRO, Lisandra Barbosa Macedo. **Tradição oral e memória dos povos de religiões afro-brasileiras: possibilidades de pesquisa em história**; in Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 08, n. 04, p. 79-92, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. **O que faz da História Oral Diferente**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 28 maio. 2023.

PRANDI, Reginaldo. **Modernidade com feitiçaria: Candomblé e Umbanda no Brasil do século XX**. Tempo Social: Revista de Sociologia. São Paulo: v. 2, n. 1, p. 49-74, jan./jun. 1990.

SILVA, Acildo Leite da. **Memória, Tradição Oral e a Identidade Étnica**. Anped. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/memoria-tradicao-oral-e-afirmacao-da-identidade-etnica>. Acesso em: 22.04.2023

SILVA, Vagner Gonçalves. **Orixás da MetrÓpole**. FE-USP, 2022.

SIMAS, Luiz Antonio. **Umbandas: Uma história do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Memória Afro, Identidade, Territorialidade e Espaços Museais**; 2017. Disponível em:
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5890/3642>
Acesso em 12.11.2022

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**. Rio de Janeiro. Imago, 2002.